

Composição da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Giovani
Culau e
Coletivo



Cassiá
Carpes



Jessé
Sangalli



José
Freitas



Karen
Santos



Pablo
Melo

030ª CUTHAB 20AGO2024

Pauta: Indeferimento de alvarás de funcionamento para empresas do ramo de reciclagem em razão do Plano Diretor.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): (10h15min.) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação – CUTHAB. Para quem eu ainda não conheço, sempre acho importante me apresentar: sou Giovane Culau, vereador junto com o movimento coletivo e, neste ano, presidente da nossa CUTHAB. Estamos aqui com o Ver. José Freitas, com a Ver.^a Karen Santos, que também integram a nossa comissão. Já cumprimento o João Gilberto, que é secretário-adjunto da Secretaria de Segurança Pública aqui do município. Nós ainda aguardamos as demais secretarias do município que foram convidadas em especial a própria Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo, que foi requerida a presença na nossa reunião de hoje, e também a Secretaria de Meio Ambiente Urbanismo e Sustentabilidade.

Nós recebemos uma solicitação, por parte da própria Associação Gaúcha de Empresas e Recicladores do Rio Grande do Sul – AGER, que está representada aqui na Mesa pelo André Rolim, temos também o advogado da Associação o Jaílson, compondo aqui a Mesa conosco. A AGER solicitou essa reunião para tratar da negativa dos alvarás de funcionamento das empresas de reciclagem.

Esse tema, sem dúvida alguma, é um tema muito importante numa cidade que recicla pouco os seus resíduos. Eu não sei exatamente os últimos dados, mas nos últimos dados a que eu tive acesso, Porto Alegre reciclava apenas algo em torno de 6% dos seus resíduos. Nós temos aqui na nossa cidade também uma luta significativa importante com alto significado popular, que é a luta dos catadores e catadoras da nossa cidade. Inclusive aproveito para citar a presença do Antônio Matos, que é do Fórum dos Catadores de Porto Alegre e do núcleo de triagem de Porto Alegre. Agradecer a tua presença, Matos.

E eu entendo que, como diversos outros temas que esta Comissão tem acompanhado e contribuído com a resolução de impasses e de desafios que a cidade tem, nós, na última reunião, tivemos inclusive uma discussão aqui sobre o fechamento definitivo da comporta 14 do nosso sistema de prevenção a cheias. E eu penso que foi também com a contribuição desta Comissão que se construiu uma solução no sentido do não fechamento definitivo da comporta 14. Então acho que esse é um momento essencialmente de debate importante para que esta Comissão e seus vereadores tomem propriedade do debate que vai ser apresentado aqui. E, da minha parte, a sugestão é que a gente passe de imediato para o André Rolim, para ouvirmos a exposição da Associação. Depois a palavra, aos vereadores, está sempre à disposição, e também vamos coletar as inscrições do público. Pode ser assim, meus colegas? Então, de imediato, mais uma vez, agradecer a procura a esta Comissão. O Sr. André Rolim Felix está com a palavra.

SR. ANDRÉ ROLIM FELIX: Bom dia a todos. Meu nome é André Rolim, sou presidente da Associação Gaúcha de Empresas e Recicladores do Rio Grande do Sul – AGER. Inicialmente agradeço aqui à Comissão, ao presidente, aos integrantes de toda CUTHAB por atenderem um pedido da AGER. Também eu quero deixar registrado aqui o etiqueteamento que estão fazendo em relação aos recicladores e às pessoas que trabalham com reciclagem dentro de Porto Alegre. Ele está de uma forma incorreta, pois estamos sendo tratados como marginais dentro do nosso trabalho, em que a polícia vai e faz o que quer. Não temos ações

que sejam honestas. Temos um ato do Executivo em que foi à Associação Acir, na Restinga, falando claramente, publicamente que iria fechar todas as reciclagens de Porto Alegre. Um ato que eu acho que não é plausível, pois, perante o que a gente viu durante os alagamentos, o que mais ficou evidente é que as pessoas não reciclavam seu lixo, e a Prefeitura também não tem condições de arrecadar todo lixo de Porto Alegre. Ela simplesmente vem publicando, a uma associação da Restinga, falando esse tipo de coisas que eu acho que não são próprias para a cidade de Porto Alegre. A gente também viu, ao longo desses anos, uma forte perseguição às pessoas e aos trabalhadores da reciclagem. Antigamente, quem era reciclador podia usar uma carroça para poder transportar o seu material, proibiram; depois, poderiam usar os carrinhos para poder transportar, proibiram; e, agora, estão querendo proibir as empresas, as cooperativas e os trabalhadores da reciclagem. É uma perseguição em relação a quem é trabalhador. Nós estamos hoje aqui justamente para dizer “não” a isso, nós não vamos aceitar isso. Nós temos aqui a presença da Luciana, moradora do Lami há mais de 20 anos, recicladora há mais de 20 anos, onde a Prefeitura foi lá, o órgão de fiscalização, e fechou a porta dela; disse que ela não poderia trabalhar – com mais de 20 famílias dependendo dela, do serviço dela – , uma moradora de fé, uma pessoa trabalhadora. Nós não podemos deixar que isso aconteça.

Também a gente tem que pensar no sentido de que o nosso Plano Diretor tem que ser mudado. Hoje o nosso Plano Diretor está de uma forma seletiva, apenas poucas empresas conseguem tirar o seu alvará, pouquíssimas empresas conseguem hoje. Ao passo que nós temos, em toda a cidade de Porto Alegre, recicladores, trabalhadores, cooperativas, pessoas da reciclagem, catadores, pessoas que dependem da reciclagem. E isso a gente tem que trazer à tona aqui, nós vamos ter que mexer nesse Plano Diretor. E eu quero deixar registrado aqui para a Mesa, fazer um pedido, eu quero que, ou pelo Legislativo, ou pelo Executivo, a gente mude esse Plano para que os trabalhadores da reciclagem consigam trabalhar com tranquilidade e com paz, que é o que a gente necessita hoje.

Também saliento aqui a todos vocês que é um equívoco como os órgãos públicos estão tratando a reciclagem. O pessoal pede que a gente tenha licença ambiental, porém nós não estamos degradando o meio ambiente, ao contrário, nós estamos dando o destino correto para o material, ou seja, o plástico volta a ser plástico, o papel volta a ser papel, o metal volta a ser metal. Nós não fizemos que nem o governo faz, que pega o lixo da cidade e bota embaixo do tapete. A cidade de Porto Alegre virou um lixão, mas por quê? Porque não deram o destino correto ao verdadeiro material da reciclagem em que mais de 90% poderia ser reciclado, porém, quando se amontoa, como se fez em Porto Alegre, aí vira um lixão mesmo, aí não se consegue mais reciclar o material.

E, por fim, para contextualizar com vocês, o que a gente tem que entender? Quem precisa de licença ambiental é um posto de gasolina, porque, se vazar a gasolina, lá, sim, vai degradar o meio ambiente. Nós, da reciclagem, não; a gente dá o destino correto a esse material, geramos emprego, geramos renda, geramos dignidade para todas as famílias que trabalham dentro de Porto Alegre. É isso que eu quero para todos nós: a dignidade do trabalhador da reciclagem dentro de Porto Alegre.

E não menos importante salientar aqui que esses acontecimentos climáticos que aconteceram dentro de Porto Alegre, isso vai continuar a acontecer. Enquanto nós, como cidadãos, como seres humanos, como pessoas, não tratarmos o meio ambiente com o devido respeito, vocês podem ter a certeza que nós vamos continuar vivendo esse tipo de anomalia climática. E até dentro de Porto Alegre, toda a infraestrutura, que não está sendo cuidada, ela vai piorar, podem ter certeza disso.

O que eu tenho a falar no momento em relação a Porto Alegre é isso e eu quero passar a palavra agora para o meu advogado aqui, o Jailson que é da Associação Gaúcha de Empresas e Recicladores – AGER, porque ele tem pontos muito importantes para vocês.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Bom dia, sou advogado da AGER, o André faz a fala institucional, e eu aponto as questões legais para seguirmos no debate.

A AGER foi criada em razão dos anseios dessa categoria, é uma categoria que que não tinha voz, que não vinha ao parlamento, que não vinha à Casa do Povo e que não debatia essas questões que hoje atingem diretamente o exercício deles. Com a criação da AGER, eu comecei a atuar nos recursos administrativos, ou seja, encontro o João em quase todas operações, o João vai lá fazer a fiscalização e, por vezes, lavra um auto de infração para aquelas empresas, e eu comecei a me aprofundar na legislação que trata sobre esses autos de infração. Na grande maioria das vezes, o auto de infração é lavrado pela ausência do alvará de funcionamento. Ao olhar o auto de infração, um formulário padrão da Prefeitura, dentre as opções que existem, eu visualizei uma informação que eu não tinha até então, que é a [Resolução nº 51/19 – CGSIM](#). E aí eu me questionei sobre o que seria esse CGSIM, que é o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios. A partir dessa legislação, criada em 2019, desencadearam-se legislações municipais, criaram a [Lei nº 876/20](#) no Município de Porto Alegre e o decreto de 2001, um decreto que regulamenta a lei. Eu fui verificar que, no art. 2º da Resolução, estabelece quem são as empresas de baixo risco. Para minha surpresa, as empresas da Luciana e do Sérgio estão caracterizadas como de baixo risco, conforme estabelece a Resolução nº 51/19 e seu anexo. Então, como que a gente faz para identificar se a empresa é de baixo risco? Eu pego o CNPJ, olho o código de descrição da atividade econômica principal, o CNAE, e olho lá no anexo da Resolução; e eles são enquadrados como de baixo risco. À medida que eles são enquadrados como baixo risco, começo a visualizar as irregularidades que a Prefeitura comete, porque a Prefeitura, na Lei nº 876/20, determina que tem que haver uma dupla visitação para a atividade de baixo risco. Mas não há a dupla visitação, não há um caráter orientativo na primeira visita para que, na segunda visita, seja lavrado o auto de infração. De pronto, o auto de infração é lavrado. Quando o auto de infração é lavrado, abre-se um prazo de 30 dias para apresentação de defesa; e eu faço essa defesa. Eu aponto a Resolução nº 51/19, aponto a Lei nº 876/20, aponto o decreto municipal, e digo que não houve a dupla visitação, tampouco o

entendimento de que essa empresa é de baixo risco. E, para minha surpresa, o meu recurso administrativo é indeferido e há a determinação de fechamento da empresa. Certo, Sérgio? Eu fico abismado, porque, além da aplicação de multas altíssimas, que são desproporcionais, não há o entendimento de que a empresa é de baixo risco, e há a interdição do estabelecimento comercial. Aí eu tenho que sair da esfera administrativa, esgotar a esfera administrativa, para depois tentar, por via judicial, corrigir isso. E isso tem acontecido toda hora; citei os exemplos do Sérgio e da Luciana. Com o andar da carruagem, com o desenrolar dos processos administrativos, descobri que há um *link* no *site* da Prefeitura para consultar, pelo número do CNPJ, se há exigência de alvará de funcionamento. E, pasmem, não havia necessidade para vocês. Eu emiti a certidão no *site* que não havia a obrigatoriedade de alvará de funcionamento para o Sérgio e para a Luciana, mas, mesmo assim, foi determinada a interdição da empresa e, depois, numa segunda instância, o fechamento da empresa. E aí eu fico me perguntando; porém, no momento da operação policial, da fiscalização, é difícil eu ter esse debate contigo, esse debate jurídico, mas eu o tenho dentro do processo administrativo e jamais fui ouvido, jamais fui ouvido. Isso vem acontecendo, ao meu ver, por essas ações sucessivas do Executivo municipal: a proibição da carroça, a proibição do carrinho, a caça aos senhores, porque aplicam multa uma vez, aplicam multa duas vezes, e acabam inviabilizando a atividade econômica, porque as multas são altas. E, lá na portinha, que é a menor fração depois do carrinheiro, é a portinha que nós chamamos...

(Problemas técnicos no som.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Colegas vereadores, eu acho que é só uma boa vontade aqui da parte do governo, ou partir do Legislativo, como disse o André, ou ouvir do Executivo essa mudança no Plano Diretor para facilitar a vida de todos. Dá um nervoso quando se trata da parte de resíduos na nossa capital, eu tenho um sonho de um dia a nossa capital... porque, principalmente em época de campanha, como eu já fui procurado, os dirigentes

de partidos são procurados por órgãos internacionais para trazer uma solução para os resíduos da nossa capital. Infelizmente não dão ouvidos para resolver, porque você chega lá no nosso transbordo, uma vez eu fui lá e vi algumas coisas lá, que todos sabem que vai tudo para vala comum, e me botaram a correr de lá. E eu fui como fiscal, vereador fiscal e me botaram a correr, disseram: “Fica quietinho e se manda daqui”. Bem assim eu fui tratado. Então, todos os recicladores aqui estão de parabéns, eles fazem aquilo que, como o André falou, a Prefeitura não tem braço para fazer tudo. Aí aqueles que querem fazer, as empresa que querem fazer os galpões de reciclagem – fora os desvios que aí é outro assunto que tem outras coisas aí pelo meio, já denunciei várias vezes –, mas tem essa burocracia toda. Portanto, colegas vereadores, eu acho que é simples resolver, tem que mudar Plano Diretor para facilitar a vida de todos. Bom trabalho a todos.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Ver. José Freitas. Eu quero aproveitar para registrar a presença do Rodrigo Sabiá, da Roberta e também do Marcelo, que representam o mandato da deputada Bruna Rodrigues. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia a todos e todas. Primeiramente saudar a presença dos catadores, saudar também a presença da Secretaria de Segurança Pública, não é a primeira vez que a gente se encontra, anteriormente a gente trouxe para essa reunião, acredito que foram umas três ou quatro reuniões da CUTHAB e duas de CEDECONDH, para discutir a interdição dos bares do Rio Branco, que foi uma política também implementada pelo antigo secretário de segurança, o comissário Zottis, em que a gente qualificou enquanto uma perseguição política. Inclusive, Ver. Pablo Melo, a gente conseguiu construir um termo de compromisso entre os moradores e os empreendedores, que a gente entende que deveria ter sido o papel da Prefeitura naquele momento, porque era um problema de perturbação da ordem pública e não tinha nada a ver com a questão de alvarás e de licenças. Então, a Prefeitura

também fez uma interdição ilegal, e a gente recorreu à justiça e vencemos a causa nesse sentido, porque houve várias interdições e multas, como tu colocaste, de valor bastante elevado, até haver a interdição, sem a dupla visitação. Desse processo todo, nós elaboramos uma cartilha, enquanto mandato, com os direitos e os deveres dos empreendedores dos bares e das casas noturnas, o que a gente entendia também que era um dever do Município, porque realmente a gente tem diversos regramentos que tratam da convivência no espaço urbano, da medição dos decibéis em relação ao barulho. Essa legislação, a lei da liberdade econômica, que também dispensa alguns estabelecimentos de terem alvará, então a gente tem diversos regramentos no nosso Município que competem entre si muitas vezes, então a importância de a gente trabalhar primeiramente com a informação. Eu queria entender, e aí vocês vêm colocando mudança no Plano Diretor, enquanto um mecanismo, apesar de hoje não precisar de alvará, como tu mesmo colocaste, eu queria entender qual a determinação da mudança, em que sentido deveria ocorrer a mudança do Plano Diretor.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Não são todas as empresas que têm dispensa de alvará de funcionamento, então, tem a ver com o tamanho da empresa. As empresas que exigem alvará de funcionamento têm que encaminhar o alvará, só que, no Plano Diretor, eles entendem que as empresas de reciclagem estão mais próximas à indústria, a analogia seria essa, e aí, quando tu entras com o CEP para solicitar o alvará de funcionamento, já indefere de pronto, porque é *online* hoje. Indefere de pronto, porque, por exemplo, a empresa do Sérgio é na Av. Juca Batista. De acordo com a resolução do Cgsim, não precisa de alvará, eu consulto o CNPJ dele no *site* da Prefeitura, e diz que está isenta de apresentação de alvará, só que como foi interditada a empresa, ele tenta, com o contador, encaminhar o alvará de funcionamento, mas quando ele coloca o CEP, de pronto, já indefere, e aí não consegue progredir na solicitação de alvará. Ou seja, ele está interditado injustamente, mas administrativamente ele não consegue encaminhar o alvará de funcionamento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada pela explicação. Também estou à disposição, enquanto mandato, para tentar auxiliar nessa mudança do regramento do Plano Diretor. Teve várias mudanças no Plano Diretor ao longo desses quatro anos de governo Melo, e muitas dessas com uma grande oposição por parte da população local que ia ser atingida, então acredito que tem mudanças que andam dentro do Legislativo e tem outras mudanças que são necessárias, que são uma demanda por bom funcionamento da economia da cidade, e a gente tem muita resistência. Então, a gente sabe que a gente está num período eleitoral, a política, de certa forma, está suspensa no nosso Município, mas eu acredito que passando esse período, a gente possa buscar construir esse regramento e fazer a atenção política necessária para ter a correlação para aprovar.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Ver.^a Karen Santos. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Bom dia a todos, vou direto ao ponto, porque quero mais ouvir porque eu estou com dificuldade de entender se esse caso é de segurança. Se é trabalho, não é segurança. Por que, eu gostaria que vocês respondessem, toda hora vai a segurança lá? Eu gostaria que, depois, o representante da segurança... Quando cheguei aqui estava só ele, agora está o outro setor, para que a gente possa entender por que esse conflito. Esse conflito não vem de agora, vem de muito tempo, não sou vereador novo aqui, isso se arrasta há muito tempo. Se não se entender, e tirar as interpretações, definir logo o que pode e o que não pode, Jaílson, esse é o teu papel também, de fazer o meio de campo, como advogado, como bom advogado... Porque se nós chegarmos no Plano Diretor assim, divididos, como nós estamos aqui, que eu estou vendo, nós vamos ter dificuldade. Até sugiro que nós façamos, no Plano Diretor, quando nós formos no plenário decidir, uma emenda de comissão. Uma emenda de comissão não tem vereador dono, se nós não fizermos de comissão,

nós mesmos vamos lá votar contra, é assim que funciona a Casa. Se nós não chegarmos a um consenso, Jaílson, com vocês e com eles, nós vamos, como legisladores, colocar uma emenda de comissão, ela tem muito mais legitimidade do que uma emenda particular minha ou da Karen ou do presidente. Então, nós vamos trabalhar. Nesse tempo nós iríamos trabalhar com vocês, fazer algumas audiência, para chegar a um denominador. Tirar todas as arestas, todos os problemas. Por isso eu pergunto: por que sempre é o caso de segurança? Por que o departamento tal manda vocês lá? Fazer a represália ou fazer a... Então, eu gostaria que fosse uma coisa mais administrativa, uma coisa mais de reconhecimento do trabalho. Agora, por outro lado, Jaílson, com a experiência que a gente tem e te conhecendo, também há capacidade de tu regulares quem está mal e quem está bem, separar o joio do trigo, para ajudá-los. É assim a vida, eu sei que em todas as atividades têm o bom e o ruim, a minha tem, a tua tem, a dele tem, todo mundo tem, a deles têm, então eu acho que isso vem se arrastando há muito tempo, aqui na Casa sempre se debate. Como se trata do Plano Diretor e isso vai ser debatido logo, vão ter audiências públicas do Plano Diretor nas próprias comunidades, é um tema muito bom para que a gente possa tirar desses debates, até entre nós, da comissão, um especialista não ideológico, vamos deixar bem claro. Nós queremos gente que, independentemente de que lado está, traga a verdade e ajude a construir um ânimo favorável para vocês trabalhar. Eu conheço muito bem os que estão aqui à mesa conosco, são colegas bons, e nós queremos ajudar. A minha interpretação aqui é que nós precisamos levar para o Plano Diretor uma ideia construída por todos nós. Aí é uma barbada, nós provamos na Câmara; agora, no momento em que formos decidir na base da ideologia, não vai dar certo, nós vamos estar sempre nesse combate. Então, é nesse sentido que eu quero construir junto com vocês, quero ouvir muito a Prefeitura, que conseqüentemente vai contestar, quem sabe, as análises do Jaílson, e automaticamente também começar a mostrar o caminho, a dificuldade que vocês têm. Então, eu sinto que para os dois lado têm dificuldade, mas é essa dificuldade que nós queremos, com a comissão, aparar e automaticamente constituir uma ideia para o Plano Diretor, caminhando juntos

para resolver a questão; caso contrário, vamos estar sempre nesse debate mais duro, tirando a possibilidade de muitos trabalharem, tirando a dificuldade de não separar o joio do trigo. Eu vi aqui o Jaílson falando que... Claro que essa enchente pegou todo mundo de surpresa, mas até isso dá para construir para o futuro. E quando acontecer um caso desses, vocês, como cooperativa, já estão juntos com a Prefeitura para separar o joio do trigo: isso aqui é nosso, isso aqui bota fora - isso aqui é nosso, isso aí bota fora; quer dizer, dá para construir seu próprio Plano Diretor, junto conosco, estabelecer, que um dia vai acontecer mais, pode ser por outra razão, não só por enchente. Então, nós queremos contribuir; nesse sentido que eu gostaria de interpretar melhor, de acordo com a situação e a opinião da Prefeitura nesse cotejamento, o que está errado e o que pode se fazer. Jaílson, queres complementar? Eu já encerro, pedindo a palavra dos representantes da Prefeitura.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Sou advogado da Associação Gaúcha de Empresas e Recicladores – AGER. Só para contextualizar, para que não reste dúvidas, vereador: são duas situações, uma situação de que não há obrigatoriedade de apresentação do alvará de funcionamento, o cumprimento está legal porque a lei determina, a lei diz que empresas de baixo risco não precisam apresentar alvará de funcionamento, emitir a certidão pelo *site* da Prefeitura, e na fiscalização é cobrado o alvará de funcionamento e há interdição, são casos completamente diferentes. E é o caso que eu tento encaminhar o alvará de funcionamento, em razão do Plano Diretor ele não consegue o alvará de funcionamento – são coisas distintas. A primeira, ao meu ponto de ver, jurídico, é esdrúxula porque se o Município está me dando a isenção do alvará de funcionamento, a interdição é completamente ilegal e descabida; no segundo caso é a questão que a gente está falando, de meio ambiente, empreendedorismo, que a pessoa não consegue se formalizar para seguir o exercício da atividade profissional.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Jaílson. Como eu tinha referido, antes de passar para as representações da secretaria, também gostaria de me manifestar: alguns e algumas chegaram posteriormente o início da reunião, queria mais uma vez me apresentar, sou Giovani Culau, vereador e presidente da CUTHAB nesse ano, agradecer a presença de todos e todas. O Ver. Cassiá é um dos vereadores mais experientes que nós temos aqui na Casa – sem dúvida alguma aprendo, em muitas oportunidades, contigo, não é Cassiá? Ao contrário de ti, sou um vereador novo; Tu dizes que tu não és vereador novo, eu sou um vereador novo, em alguma medida me orgulho disso, conheço bastante a região de boa parte dos trabalhadores, dos empreendedores que estão aqui, eu me criei na Ponta Grossa, sei que a gente tem aqui empresas que são do Lami, do Belém Novo, da Juca Batista; então, conheço bem a região. Eu quero, apesar de ser um vereador novo, colocar como eu enxergo o contexto, André e Jaílson, em que a gente faz essa discussão. Eu acho que a gente vive um contexto que não se refere apenas a esse governo, mas a um ciclo que, na minha opinião, é de retrocesso na política ambiental da cidade, por um lado. A gente precisa lembrar que Porto Alegre é uma cidade que foi pioneira da coleta seletiva no País; hoje recicla menos os seus resíduos do que já reciclou no passado. Quando a gente fala da política ambiental de modo mais amplo, eu penso que nós cometemos equívocos, como, por exemplo, tiramos, da própria Secretaria do Meio Ambiente, o tema das podas na nossa cidade, que hoje está na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Isso também recorrentemente gera impasses; quando nós vamos à comunidade – eu estava no Belém novo na semana passada, tinha uma discussão, por exemplo, sobre a retirada de árvores na orla, e sequer as secretarias chegam a um entendimento comum, porque falta articulação, muitas vezes falta coesão nos regimentos, como nós, mais uma vez, estamos nos deparando aqui. Então acho que tem uma questão que diz respeito aos retrocessos de um ciclo na política ambiental, e nós não podemos negar aqui que, muitas vezes, a questão ambiental é tratada como um obstáculo ao desenvolvimento. Eu não entendo dessa forma e me reporto a essas questões

que trago aqui, porque tanto o André quanto o Jaílson, quando falaram no primeiro momento, abordaram – e, na minha opinião, muito bem – que tratar da gestão de resíduos, do desafio da reciclagem da nossa cidade é também tratar de medidas importantes do enfrentamento à crise climática que nós vivemos – fomos penalizados aqui em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul com a maior tragédia que este País já viveu. Mas, por outro lado, ainda nesse contexto, eu entendo que a gente vive também um ciclo que é autoritário, que é perseguidor a diversas camadas e setores da nossa sociedade. Foi abordado aqui também por vocês, e eu falava no início do tema dos catadores e das catadoras. O Cassiá faz uma pergunta que é importante que a secretaria responda, que contribua com o nosso debate; mas a Ver.^a Karen, Cassiá, trouxe esse tema em um assunto radicalmente diferente que era o funcionamento de bares na nossa cidade. O Ver. Pablo Melo acompanhou bem. Nós também tivemos... A secretaria de Segurança acompanha, faz parte desse processo de fiscalização no Município, fez interdições inadequadas na nossa cidade. E são inadequadas não no meu julgamento, mas nas decisões judiciais que se deram posteriormente e que deram ganho de causa aos bares. Só que aqui nós estamos falando de algo que tem uma dimensão maior, um impacto ambiental e social profundo, porque, como foi dito aqui, quando uma empresa é fechada, a possibilidade de restabelecer o seu funcionamento, muitas vezes, fica completamente inviabilizada, pelo que eu estou compreendendo aqui dos relatos. Quando se fala das multas, está ainda em tramitação aqui nesta Casa uma lei que busca reorientar as multas, por exemplo, que são dadas aos catadores e catadoras na cidade; porque, por vezes, a gente vê catadores e catadoras na cidade com multas de R\$ 3 mil, R\$ 4 mil, R\$ 5 mil, R\$ 6 mil, cidadãos que deveriam ser reconhecidos como agentes ambientais; justamente pela incapacidade do poder público, deveriam ser compreendidos como agentes a serviço do bem comum da sociedade, parceiros do poder público. Para mim, eu preciso confessar, eu estou aprendendo muito aqui neste nosso encontro de hoje para ter propriedade maior sobre o tema, mas estou entendendo que nós podemos, sim, ser parceiros. E daí eu quero dizer, Ver. José Freitas, que eu quero ter o teu otimismo

de que seja simples; mas eu penso, Ver.^a Karen, nas dificuldades que as empresas de reciclagem estão tendo. Pela manifestação que foi dita aqui – e daí não são palavras minhas, foi o relato que foi trazido –, o prefeito teria dito que a intenção era o fechamento, exatamente, das empresas – foi isso o que eu compreendi do relato –, podendo ter relação com aquilo que é discutido hoje na Prefeitura, que é uma parceria público-privada para tratar sobre o tema dos resíduos e da gestão de resíduos na nossa cidade. Uma hipótese que existe, quando se fala de PPP, é tu tirares os catadores e catadoras desse ciclo, é tu tirares empresas como a de vocês desse ciclo e tu transformares a questão da gestão dos resíduos na nossa cidade em um grande negócio milionário, para grandes empresas, que, com certeza, não são de baixo risco. Agora, eu estou falando de uma questão que não é jurídica, é essencialmente política; mas está em discussão, em Porto Alegre, uma parceria público-privada para a gestão de resíduos na nossa cidade, e isso pode gerar impacto no que nós estamos discutindo aqui. É uma hipótese que eu estou levantando, não estou dizendo que é exatamente isso, mas, quando eu escuto vocês, é uma possibilidade. Eu penso – e estou me encaminhando para o final – que a grande contribuição desta comissão é exatamente como tu colocaste, Cassiá, e daí eu ensino embaixo do que tu colocaste, acho que tu nos orientas bem aqui nesse sentido, é coesionar esta comissão em unidade naquilo que eu acredito que nós podemos ter, que é buscar construir uma mediação a partir da Associação, a partir das empresas com a Prefeitura, num texto comum, num texto único, de uma nova proposta de redação que, no mínimo, precisa coesionar e harmonizar os regramentos e as legislações que existem. Porque hoje, pelo que eu estou entendendo, quando se traz aqui sobre o Comitê Nacional, tem um entendimento no Comitê Nacional, tem outro entendimento no Plano Diretor. Então, nós precisamos harmonizar esse regramento todo, é claro que a gente precisa ler, e eu vou compartilhar as documentações que foram trazidas aqui para a Comissão. Mas a minha proposta é essa, o papel fundamental dessa Comissão, na minha opinião, vai nesse sentido que tu trazes, Cassiá, de criar aqui uma espécie de ritmo de trabalho entre nós, para ter uma proposta de redação comum da Comissão, proposta da

Comissão para o Plano Diretor, para resolver os impasses que vocês estão vivendo. Mas tem uma questão que é desde já, que é como a gente intercede junto ao Executivo, sobre esse tema das multas. Aqui, na documentação que foi entregue, vereadores, está nítido o caso, se não me engano da Luciana, que é isso, é o caso em que no *site* da Prefeitura está com dispensa de alvará, recebeu esse auto de infração, sem esse caráter anterior orientativo, que deveria ter da visita da Prefeitura. Então essas medidas, antes mesmo de discutir o Plano Diretor, elas precisam ser corrigidas. Eu acho que desde já, a gente também enquanto Comissão, é o segundo encaminhamento que eu levanto, a gente sistematizar essas informações e encaminhar para o Executivo para uma alteração do procedimento que tem tido, porque o próprio procedimento que tem se tido, no meu entendimento inicial, não está atendendo aos regramentos próprios da própria Prefeitura. Desde já, muito obrigado a todos e todas, contem com a gente e com a Comissão, aqui nessa batalha. Vou passar a palavra, em primeiro lugar, para o João Gilberto, que é secretário adjunto da Segurança, depois tem a fala do Cristian que é da Sala do Empreendedor, da Secretaria de Desenvolvimento. Muito obrigado, gente.

SR. JOÃO GILBERTO DOS SANTOS: Primeiramente, quero saudar a todos, saudar o presidente; saudar o Ver. Pablo Melo; o Ver. Freitas, que foi secretário; o Cassiá, meu eterno treinador de futebol; a Ver.^a Karen, que eu já nutro uma admiração de algum tempo e tenho o prazer de conhecê-la agora; o meu presidente Rolim, tenho um colega chamado Rolim, teu sobrenome; o doutor, nós vamos trabalhar para que esses encontros sejam mais amigáveis, mas sempre foram, doutor. Do que me cabe, na parte de Segurança, porque hoje a gente está discutindo aqui mais desenvolvimento econômico, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e o doutor refere bem. No *site* da Prefeitura, eu vivi isso junto com o senhor, a questão é que as legislações vinham se modificando, houve esse descompasso, algo que não tem justificativa. Isso tem que ser corrigido, e eu acredito, hoje eu estou na Secretaria de Segurança, mas

eu sei que as comissões judicantes elas derrubam essas autuações, que não têm base legal para que elas existam.

Referente ao que o Ver. Cassiá perguntou, sobre: “Mas vem cá, por que medida com uma segurança, por que que vocês iam...” Num primeiro momento, quando houve uma alteração na lei dos resíduos e ferro velhos, se montou uma equipe de trabalho e se entendeu, naquele momento, que era a equipe de trabalho, e se entendeu, naquele momento, que era a equipe que mais daria conta daquilo que a gente desconhecia, de como era. Se, hoje, há necessidade dessa equipe? Olha, casos isolados, são casos isolados, não há necessidade. O que tem lá é um empreendedor, a pessoa, nós nunca tivemos algum atrito, algo que justifique que se mantenha aquele modelo antigo; não há mais necessidade.

Mas eu digo para os senhores, e aí escutando, e como eu tenho a oportunidade hoje de estar secretário, eu circulo pela cidade, e aquilo que a gente achava, quando eu estava na área de fiscalização, de desenvolvimento econômico, hoje eu vejo que pode ser feito de uma maneira melhor. Eu digo para os senhores que essa construção, que hoje nós estamos aqui tratando, precisa de uma regulamentação, porque são vários aspectos. Eu entendo que é muito importante o trabalho da reciclagem; eu entendo reciclagem como sustentabilidade; tem muito a ver com a parte social. Nós, hoje, enfrentamos problemas com moradores em situação de rua, e hoje o meu pensamento é que a gente insira mais as pessoas, não coloque elas à margem, são situações bem difíceis assim. Então a reciclagem, o trabalho que é feito, ele tem que ser muito respeitado, e eu concordo contigo, Rolim, concordo contigo, tem que ter o respeito, ele é muito importante. Mas a gente não pode deixar de olhar os espaços públicos, porque a gente tem que entender que uma praça é uma praça, que essa praça é de toda população, e aí a gente enfrenta um problema de educação, muitas vezes, das pessoas que estão ali ganhando o pão delas, e eu não vou culpar essas pessoas, eu não estou aqui para... mas o espaço público tem que ser de todos, e a gente tem se debatido com isso. A proposta que está vindo, ela é ótima, na minha opinião: “Ó, vamos regulamentar...” Não precisa de alvará? Não precisa de alvará. Precisa? Tem que ter. Mas isso nós temos os

nossos vereadores e tem um corpo técnico que pode dar alguma contribuição. Então eu vejo a criação, inclusive eu escutava que estava sendo criada a associação; eu disse: “Ó, é ótimo; ótimo”.

Referente ao que se tratou aqui também sobre a mudança no Plano Diretor. Bom, essa é uma tarefa hercúlea, vereadores, é uma tarefa hercúlea. Olha aqui, mas tudo tem o seu momento; chegou o momento; chegou o momento. Então, da parte da segurança, eu tenho para colocar para os senhores o seguinte: não é mais necessária uma equipe, o modelo que estava sendo implementado no início; não é mais necessário. Há algumas necessidades durante a noite, mas aí são situações que não tem nada a ver com empreendedorismo, entende, são outras situações, não se fala nisso. Também há necessidade, volto a reiterar, da questão dos espaços públicos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOÃO GILBERTO DOS SANTOS: Os espaços públicos são as praças, as ruas, os leitos de calçadas...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOÃO GILBERTO DOS SANTOS: É feita a triagem num espaço comum. Fica o resíduo e também a questão do livre trânsito.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOÃO GILBERTO DOS SANTOS: É, e aí vem de encontro ao que é colocado. Por isso que eu sou...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOÃO GILBERTO DOS SANTOS: Há essa necessidade, e isso é um ganho para a cidade, eu vejo como um ganho para a cidade. Senhores, é essa a minha fala. Muito obrigado.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Vocês viram que há boa vontade, o João aqui foi muito claro, mas tem arestas para serem contornadas. Por isso, Jaílson e presidente, quando a gente tem uma entidade, a gente tem que também: “Olha, não dá para fazer isso, dá para fazer aquilo”. Até em consonância, o João foi muito claro, foi a minha surpresa o porquê a segurança direta. Eles são demandados em alguns casos – foi o que ele disse – mas eu vejo o João como uma pessoa que está aberta ao diálogo com vocês. O Jaílson já disse que conhece o João, então, nesses momentos, o caso da própria política – está falando aqui um político –, o confronto parece ser mais fácil, mas, às vezes, atrapalha. Então, o diálogo com as repartições, agora vai falar o outro lado que, pelo que eu entendi do João, é onde estaria essa questão lá na tua secretaria. Nós vamos ouvir esse detalhe, agora, o bom senso sempre tem que ponderar. Quando tem bom senso, o João é chamado lá para intervir, e aí vem uma questão mais de choque.

Então, eu acho que a gente pode, sim, naquela linha que eu citei anteriormente, presidente, criar uma alternativa mais *light*, mais do bom senso, não da represália. É nesse sentido que eu acho que a nossa comissão tem que... Isso vai ficar bom para todo mundo. Eles querem é trabalhar, Jaílson, eles querem é trabalhar. Então, no momento em que...

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Talvez a solução que todos nós concordamos que as pessoas são empreendedoras, mas o que enfeia a cidade é o problema da triagem. Se nós abordássemos não o catador, mas a triagem como o principal foco de problema seria talvez a solução, porque o que deixa a gente indignado é essa questão de a pessoa abrir o lixo, fazer a coleta do que tem valor e, às vezes, deixar ali. Esse é o problema. Só para contribuir.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Então estamos levantando isso, para, na hora de fazer o Plano Diretor, a gente ter a consonância de todos os vereadores, da maioria. Aqui na Casa tem que ter maioria, quem não tem maioria perde; tem maioria, porque tem já um consenso estabelecido, então, nós devemos construir isso, para quebrar esse ambiente de choque muitas vezes e as interpretações. Quando o Jaílson fala para mim – que sou leigo em relação a vocês, mas entendo um pouco, que é aquilo que a gente aprende, a vida nos ensina, porque esse caso não é novo aqui, esse caso vem se arrastando há muitos anos –, quando a gente vê que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa dá para resolver, dá para ter bom senso, mas para isso, Jaílson e presidente, vocês têm que também construir uma capacidade de diálogo. Só choque, o choque vem dos dois lados, quando vê... Quando manda o João, o órgão do João que é a Secretaria de Segurança, eu fico imaginando o secretário: “Manda o João, porque o João vai resolver; manda o outro, o outro não vai resolver”. Não é questão de choque, não é questão de segurança; é questão de trabalho. Então, eu oriento nesse sentido que a nossa comissão tem que buscar uma emenda de comissão que venha ao encontro do diálogo, porque o que o pessoal quer – que eu estou entendendo – é trabalhar, é ter rendimento. E a cidade, como vocês disseram, já produziu mais; agora está produzindo menos. Então, eu acho que o caminho que nós temos que encontrar é o bom senso. Obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Ver. Cassiá. Agora, a gente vai ouvir o Cristian, representando a secretaria. E vamos ouvir ainda a Vanessa, o Rodrigo Sabiah e o Arlindo, que se inscreveram. Depois, fazemos o fechamento aqui e vamos permitir mais uma vez a fala da associação. Só para a gente conseguir fechar até o meio-dia, que é o nosso horário.

SR. CRISTIAN SILVEIRA: Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa aqui presente, quero cumprimentar a Mesa aqui presente, cumprimentar os

empreendedores que estão aqui hoje e quero dizer que é muito legítimo vocês estar aqui hoje solicitando esse ajuste, digamos assim, e a Secretaria se coloca à disposição sempre para fazer esse debate, para procurar uma solução. A gente, da Sala do Empreendedor, e eu falo que como diretor, desde abril, e desde que eu estive lá, eu sempre tratei bem, o máximo que pude, o empreendedor. Por que eu digo isso? Porque o governo tem, como pauta, não travar o empreendedorismo, facilitar sempre para que todos possam trabalhar, exercer sua atividade dentro de Porto Alegre. E o que eu consegui ver, nesses pouquíssimos meses? O que acontecendo? O doutor trouxe aqui, e o que acontece, de fato, nessas empresas, como ele falou do CNAE, elas se enquadram no baixo risco, mas o que acontece? Quando o requerente vai lá e solicita o alvará, trava porque é automático. O que acontece? É feita uma análise em cima do Plano Diretor e ele acaba indeferindo de pronto. Isso acaba nos trazendo essa dificuldade de poder emitir o alvará de localização e funcionamento para as empresas e, com isso, a fiscalização vai lá, a pessoa não possui e acaba acontecendo a infração. Então o que eu coloco para vocês aqui? Sim, eu acho que de fato é muito importante a gente debater isso para que possamos resolver isso de fato e as pessoas possam trabalhar. Sabemos que temos esses outros entraves aqui, e acho também que é importante trazer isso para que seja tudo colocado à Mesa e possa se resolver tudo neste momento ou em algum momento agora bem próximo. E a Sala do Empreendedor está à disposição para a gente poder debater e resolver isso juntos. Então me coloco aqui à disposição, a partir de agora, e acho importante que a gente possa em algum momento resolver para as pessoas poderem também trabalhar de forma digna, de forma tranquila, não correndo o risco de em algum momento a fiscalização poder fechar, enfim. Então estou aqui à disposição.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Cristian. Agora a Vanessa Rodrigues e após o Rodrigo Sabiah.

SRA. VANESSA RODRIGUES DE OLIVEIRA: Sou a Vanessa Rodrigues, vim representando a reciclagem da Lu, onde a gente trabalha. A gente está tendo todo esse problema de fechar, a gente estava construindo um galpão para ficar mais organizado, para os resíduos não terem contato com o chão e tal, e a gente também teve esse problema de que eles trancaram para não deixar a gente construir essa parte do galpão, só que eles pedem que a gente não deixe tipo contatos ali no solo de *bags*, de coisas de óleo, coisa assim, só que eles foram lá e trancaram o que a gente estava fazendo para não ter isso. Então eles acabam trancando a gente de ganhar o nosso ganha pão e as outras famílias. Então não contando que além dos três meses, todas essas famílias que dependem disso ficaram sem o seu ganha pão.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado. Agora o Rodrigo Sabiah e depois o Arlindo Gutierrez, da Gaúcha Metais.

SR. RODRIGO SABIAH: Bom dia, sou meio suspeito para falar porque eu já fui reciclador, eu puxei carrinho na rua durante muito tempo, depois trabalhei como reciclador na Av. Voluntários e hoje eu circulo muito por aquela região e por outros lugares, em algumas comunidades, e visitando alguns recicladores amigos meus com os quais eu trabalhei durante muito tempo, e esse problema que essa galera enfrenta é um problema muito antigo e eles são estão sendo criminalizados por trazer o sustento para dentro das suas casa para as suas famílias. Existem categorias de recicladores, o pessoal que puxa carrinho na rua, que também hoje já não consegue mais puxar o seu carrinho porque até esse direito está sendo tirado, tem o pessoal das cooperativas e também os empreendedores, que são quem sofre todos os dias com as fiscalizações dentro das suas reciclagens, e muitas vezes são detidos, são presos. E ao invés da gente estar discutindo hoje a situação dessa galera pelo fato deles estarem reciclando, eles estarem trabalhando, nós devíamos estar pensando em possibilidades de eles poderem trabalhar, de eles desenvolverem o trabalho deles de uma forma como... agora não me lembro quem falou aí, mas de uma

forma justa e correta, para que eles, ao invés de estarem sendo criminalizados, eles possam produzir e movimentar o trabalho deles e poder trazer o sustento para dentro da sua família, dando possibilidade de emprego para outras pessoas, porque eles não trabalham sozinhos, muitos ali têm outros parceiros, têm empregados, eles dão oportunidade de emprego para outras pessoas. A gente tem que começar a pensar nisso, pensar nessa possibilidade e trazer situações para que essas pessoas possam desenvolver o seu trabalho, e a gente sabe o quanto é importante o trabalho da reciclagem. A gente tem um país hoje de Primeiro Mundo, que investe forte, muito forte na reciclagem, que sabe o quanto é importante para o nosso meio ambiente, para redução de energia, redução de danos ambientais, e a gente tem que pensar nisso, pensar em como que a gente vai melhorar o trabalho dessa categoria e trazer melhores oportunidades de emprego para essa galera. Obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito bem. Muito obrigado, Rodrigo. Agora, se não me engano, Arlindo, da Gaúcha Metais.

SR. ARLINDO GALVES GUTIERREZ FILHO: Bom dia a todos, tudo bem? É assim: eu tenho uma pequena reciclagem lá na Zona Sul, faz um ano e alguns meses, trabalho sozinho. Fui, como é que se diz, tive algumas dicas que eu passei com o Sérgio ali, que me deu uma força para abrir. Ele falou assim: “Sozinho tu não vais conseguir”. Mas eu vou tentar, e estou até hoje. Quero dizer mais da parte humana da coisa para vocês, é o seguinte: o pessoal da Serraria ali sofreu muito, da Zona Sul, com as enchentes, e eu via situações terríveis que as pessoas pegavam as coisas de dentro de casa que tinha alagado, o seu pequeno micro-ondas, o seu liquidificador, e iam para vender na reciclagem. Muitos deles não têm nem o que comer. Então, eu digo assim: a parte humana da reciclagem é muito importante. Importante porque a gente se torna amigo dos recicladores, e os recicladores te pedem um favor: “Pô, então o que que eu estou fazendo, o Sérgio também faz”. Em vez de eles caminharem dois, três quilômetros com um saco nas costas para levar umas latinhas, para levar um

metal, eles armazenam na própria casa deles: “Ah, eu tenho tanto ali, busca para mim?” “Busco.” Eu tenho uma Kombizinha, vou lá e busco. Então essa parte humana fica evidenciada no valor que tem a pequena reciclagem, e assim nós vamos levando. Peço para vocês que olhem bem para esse lado humano da coisa, e a população... E outra coisa: o reciclador, ele é muito educado. Ele entra numa rua, ele vê o que tem dentro dum saco de lixo, leva o seu saquinho de lixo, bota tudo, fecha o saquinho e deixa pronto para ser usado pelo lixeiro. Ele não bota as coisas nas ruas assim como se pensa, eles têm uma educação muito grande. É isso aí que eu quero deixar para vocês. Abraço.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Grande abraço, Arlindo. Importante o teu registro. Então gente, eu acho que aqui o nosso desafio é dar um desfecho para a nossa reunião, eu quero pedir desculpas... O Antonio Matos quer fazer uma manifestação, daí nós vamos encerrar as manifestações e dar um desfecho para a reunião.

SR. ANTONIO MATOS: Bom dia todas e todos, eu não ia falar, mas a fala, todas as falas, elas têm a ver com o meu o dia a dia. Eu represento o Fórum de Catadores e Unidades de Triagem de Porto Alegre. Antes disso, quero saudar todos da Mesa, na figura do Ver. Culau. Acho que seria importante, então, eu falar. Todas as intervenções, principalmente o último que falou da questão da humanidade, do respeito, enfim, é isso. Nós temos 24 unidades de triagem Porto Alegre; dessas 24, a grande maioria no bairro Navegantes, ali no 4º Distrito; e dessas 24, 17, agora 15, têm contrato com a Prefeitura. Cada intervenção, desde o parceiro ali da AGER, o advogado, até a última fala, passa para nós. Eu estava imaginando que eu devo falar, porque eu posso orientar em muita coisa aqui, de coisas elementares da relação com a Prefeitura até – alguém falou ali, eu acho que a Prefeitura também falou – de não coletar, catar, o verbo catar, depois triar, separar o que interessa, e deixar o resto no meio da rua. Nem pensar, não é? Não precisa estar aqui para isso, é o cidadão que tem a obrigação, é desse jeito. Eu sou da coordenação dos galpões de reciclagem de Porto Alegre, do primeiro

galpão de reciclagem de Porto Alegre, no Campo da Tuca – o segundo foi na Vila Pinto e assim vai indo. Lá no início, em 1989, 1990, 1992, 1993, foi quando começou todo esse processo; antes não tinha, e não tinha porque não tinha coleta seletiva. É uma história bonita. Eu acho que o que nós deveríamos fazer, Ver. Culau , talvez esse papo aqui mais longo, tipo um seminário, para as pessoas se envolverem mesmo. Aqui não deve ser um lugar, em algum momento, apenas para trazer o problema, e parece que quando se resolve o problema, ou tem alvará, ou não tem, ou não precisa, ou troca o Plano Diretor, ou agrega, não! Essa é uma questão permanente, porque o fundamental de tudo isso é uma questão da nossa casa maior, que é o nosso planeta; a questão que todo o ser humano deve pensar: o clima, o que aconteceu agora neste ano, aquele problema climático, isso aí veio para ficar. Não vamos imaginar que de uma hora para outra todo mundo vai ter consciência climática e vai ser resolvido. Não, infelizmente não vai ser assim, nós somos minoria, nós somos minoria. Chegue em casa e cuide aquele que você acha o melhor vizinho, veja se ele não está atirando papel no chão. Está. Estou colocando um assunto que parece que não era para isso que se veio, mas, se não fizer isso, vai faltar comissão aqui e em qualquer lugar para fazer esse debate. Queria colocar isso, realmente estou à disposição, eu me dedico a isso como uma militância, eu faço desse jeito, então estou à disposição dos senhores. São uns detalhes, bem rápido: a cidade de Porto Alegre – portanto nós, os moradores – separa apenas 4,3%. A cidade Porto Alegre! Então Porto Alegre está devendo isso para o planeta: nós separamos apenas 4,3 % do material reciclável. Onde fica o resto? Se coloca na mistura, portanto vai para os aterros.

É isso, gente! Nós temos que cobrar dos nossos vizinhos isso, e temos que cobrar da Prefeitura por que ela não coleta. Se ligar para o 156 ou falar com o prefeito, ele vai dizer o seguinte: “Todas as ruas de Porto Alegre têm coleta seletiva”. ã-ham! Você pode ficar pensando assim: “Ué, engraçado, não passa na minha rua”. Então esse é um problema da Prefeitura e também do cidadão de Porto Alegre. Isso pode ser resolvido; se apenas 4,3 são coletados, imagina se fossem os 100%, vocês conseguem imaginar que *boom* econômico? Quantos

mil empregos daria para isso? Quantos galpões seriam necessários a mais para isso? Eu agradeceria, ficaria o planeta lutador. Estou colocando aqui um desafio e encerro dizendo o seguinte, que o Plano Diretor, nós devemos, vereadores, levar muito a sério isso. Infelizmente, infelizmente, o capital, o dinheiro está tomando conta disso aí; todas as grandes obras em qualquer lugar da cidade, esteve um interesse econômico em primeiro lugar, não a questão social. Milhares de árvores foram derrubadas por causa disso. Se alguém acha que não é bem assim, tenta lembrar como é que era a Lomba do Pinheiro há 20, 30 anos atrás e agora. Eu encerro, obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Matos. Nós temos aqui um pedido do Sérgio também para fazer uma manifestação. Eu queria propor de a gente dar dois minutinhos para o Sérgio falar, contar o tempo dele, e daí a gente encerrar. Pode ser assim, gente? (Pausa.) Sérgio, a palavra está contigo.

SR. SÉRGIO LINDOMAR ALVES DOS SANTOS: Pessoal, eu tenho uma reciclagem na Av. Juca Batista. Eu não entendo muito de lei, eu entendo de trabalho e de gente. Só quero passar uma coisa para vocês, enfatizar o que o Arlindo falou, a parte humana. Quem de vocês já esteve lá na porta de vocês vendendo panela para comer? Quem de vocês já foi na frente de uma casa buscar latinha e ter um casal de pessoa de idade, o saco de latinha na calçada e o bujão de gás do lado? Quem já viu isso? Eu já vi. Se o poder público não ajudar, não fizer alguma coisa para manter a reciclagem funcionando, quem vai atender essas pessoas? Eles vão ficar sem comer? Na pandemia, vocês não têm noção de o que as pessoas vendiam para comer comida, porque se desempregarem, ficaram sem renda. Se a gente não conseguir passar isso para quem administra, o poder público, se vocês não criarem uma empatia por isso, vocês não vão trabalhar por nós. Vocês têm que sentir na pele, vocês tem que ver mais a reciclagem. Vocês têm que saber o que acontece lá na calçada, lá na vila, porque senão, vocês não entendem o que a gente fala aqui. Todo mundo

aqui trabalha pelo dinheiro, vocês trabalham pelo dinheiro, e a parte social do negócio, quem enxerga? Só quem está lá na rua. Vocês têm que conhecer a reciclagem na calçada, saber quem que precisa viver da reciclagem. Todo mundo aqui precisa, mas é o povo que tem que vender para comer, que tem que catar para comer, isso vale para nós. Eu tenho a minha parte social, minhas funcionárias, mas eu nunca deixo... O cara chega lá: "Bah, quero vender duas panelas." Eu sei por que que ele está vendendo a panela. Quantas vezes eu já paguei a mais, ele não sabe disso, ninguém sabe. Existe a parte social, vocês têm que reconhecer isso, senão, vocês não vão lutar pelo nosso direito. Muito obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): É importante tua fala, Sérgio, e eu acho que esse é o sentimento que fica desta nossa reunião de hoje, um reconhecimento ao caráter solidário e humano da ação desenvolvida por essa rede, que eu acho que o Matos trouxe bem. Envolve um ciclo de pessoas engajadas para o bem da cidade, que cumprem um papel ambiental, e a perseguição que por vezes ocorre, as políticas que por vezes não existem impactam literalmente a vida das pessoas. Não só essas que estão diretamente envolvidas, mas toda a cidade é impactada por essa rede. Eu quero pedir desculpas para vocês, não sei se vocês perceberam, mas eu estou meio doente hoje, mas esta reunião, sem dúvida alguma, foi muito importante para esta comissão. Eu acho que a gente sai daqui com dois encaminhamentos principais, eu acho que um deles diz respeito a esse esforço coletivo aqui nosso que é de uma espécie de grupo de trabalho para propor uma redação nessas discussões da atualização do Plano Diretor. E eu acho, André Rolim e Jaílson, que a associação pode ter um protagonismo nesse sentido. Eu acho que de uma proposição vinda por parte de vocês, inicial, do que precisa ser ajustado da redação, e a partir da proposição de vocês, a comissão se empenhar nesse trabalho, fazendo, como eu disse antes, a mediação entre a associação e o poder público, para conseguir construir maioria aqui na Câmara, que não é simples. Então, eu acho que este é um primeiro encaminhamento: esse grupo

de trabalho, a partir da proposição de vocês, para a gente alterar a redação. Mas eu insisto em outras duas questões: uma, eu acho que a gente precisa utilizar as notas taquigráficas da nossa reunião de hoje para conseguir, desde já, fazer ajustes, juntos com a Prefeitura. Então, a própria Secretaria de Segurança Pública trouxe elementos aqui sobre o próprio processo do papel da secretaria, que pode ser ajustado. A disposição levantada pelo Cristian, eu acho que precisa ser aproveitada, porque precisa ser reforçado aqui. Tu trouxeste, Cristian, questões que são de impasse das legislações, e esses impasses a gente precisa resolver. Mas eu insisto: na documentação que foi trazida aqui, gente, nós temos, mais uma vez, o caso da Luciana, que é o caso de quem tinha dispensa de alvará emitido pelo *site* da prefeitura e recebeu um auto de infração exigindo alvará. Então esse caso não é só de impasse de legislação, é uma questão que o Município propriamente precisa resolver, no seu trâmite próprio. E é o que foi dito aqui: um mês, dois meses fechados é o impacto humano, humanitário, um impacto social e o impacto ambiental profundo. A questão das próprias multas que são aplicadas é uma questão que penso que, desde já, a gente precisa tratar, resolver, e que caminham em paralelo ao debate do Plano Diretor, no meu entendimento. Eu falei de três questões, porque eu acho que essas duas a gente já estava amadurecendo; e uma terceira: eu acho que é acatar, Matos, isso que tu falas. A gente estava conversando, a Ver.^a Karen e eu, sobre ter um seminário sobre esse tema do DEP, na cidade. Mas eu acho que um seminário para tratar sobre essa rede toda da gestão de resíduos da cidade é muito importante, para a gente tratar de forma integral toda essa rede, desde a separação, os catadores e catadoras, até o processo final da reciclagem. Uma questão que eu considero importante: é evidente que a gente precisa tomar todos os cuidados, mas o que não pode acontecer, na minha opinião, é o seguinte – posso tomar tu, mais uma vez, como exemplo, Lu? –, a Lu, daqui a pouco, está colocando o resíduo num lugar que a gente precisa ajustar, isso não pode ser de forma autoritária, isso precisa ser de forma colaborativa, para a gente resolver o problema, porque, se não for assim, tu não resolves o problema e só geras outros tantos. E a Prefeitura também precisa ter a sua sensibilidade, porque a gente sabe que aqui, ao lado

da Câmara, tem um lixão. O lixão aqui, ao lado da Câmara, feito pela Prefeitura não segue as diretrizes da Política Nacional de Resíduos. Então não dá para a Prefeitura fazer isso e, com a outra mão, tratar o nosso povo da forma como a gente ouviu os relatos aqui. Essa contradição, essa incoerência, a gente também precisa sanar. Então, eu acho que esta reunião trouxe para a Câmara o entendimento do que está acontecendo, a partir daqui, vamos trabalhar junto para regulamentar na redação de forma melhor, e o papel da associação vai ser imprescindível. Desde já, a gente tratar o que puder ser corrigido e colocar, no horizonte, esse seminário, que tu colocas, Matos, porque eu insisto: tem uma discussão de PPP sobre os resíduos na cidade, que a gente também precisa fiscalizar enquanto Câmara. Da minha parte, é isso, esses são os encaminhamentos. Vou deixar para vocês, Rolim, para fazer o fechamento. Jaílson.

SR. JAÍLSON JOSÉ REINALDO: Eu fui anotando algumas coisas aqui só para pontuar, e de maneira rápida. Com relação à legislação e não atualização da Prefeitura, a Resolução CGSIM, Resolução nº 51, é de 2019; a lei municipal é de 2020; e o decreto que regulamentou é de 2021. Então, respeitosamente, João e Cristina, não estou apontando, mas não foi prioridade, não é? Desde 2021, o Município não enxergou isso, e, de lá para cá, foram muitas empresas que foram interditadas, e justamente muitas empresas. Então só para contextualizar que não é uma coisa que foi recente, que o Município não se atualizou porque foi muito recente. Eu estava no South Summit e eu vi o prefeito e o vice-prefeito, num painel, falando que em Porto Alegre se abre uma empresa em 10 minutos – não visualizamos isso, porque as pessoas não conseguem trabalhar, não conseguem trabalhar legalmente. Essa categoria... O Ver. Cássia estava questionando o João, por que a segurança pública fiscaliza essas empresas? Fiscaliza porque é desconhecido, as pessoas não conhecem o que acontece nas empresas de reciclagem, desconhecem o material, e à medida em que eu comecei a trabalhar com esse pessoal, eu vi que eles eram muito informais e eles tinham que se formalizar, eles precisavam ter força, precisavam tomar um

lugar na Casa do Povo, trazer os problemas deles e corrigir essa questão. Isso passa diretamente por formalização, eles querem formalizar as empresas e eles querem padronização, eles querem saber realmente, com relação aos materiais da Lei nº 13.551, de autoria do Ver. Freitas, que não está mais aqui, que discute que não pode vender uma grade, por exemplo. Mas as pessoas tiram a grade de casa – e eu desafio o João, da segurança pública –, e quando tiram uma grade de casa, dão o encaminhamento para uma empresa de reciclagem, pois o João não tem a nota da grade, só que, na fiscalização, o João cobra aquela nota da grade que está na reciclagem. As coisas não são condizentes com a realidade, é o que me parece; na legislação tem um mundo fantasioso e, na prática, não existe isso.

Outra questão que eu trago é que não há um nexo de causalidade, não há uma ocorrência anterior dizendo que furtaram tantas toneladas de cobre em Porto Alegre, só que lá na empresa de reciclagem eles apreendem uma quantidade esdrúxula. Eu trago um dado da força-tarefa que foi criada no Município que, em quatro meses, conseguiu pegar 7 toneladas de cobre. Mas se apreenderam 30 toneladas numa tacada só numa empresa, de onde saiu esse cobre que eles argumentam que é furtado? Eu não estou falando que o furto de cobre não causa transtorno à coletividade, não estou falando isso, eu estou falando que não há um nexo de causalidade, porque se, em quatro meses, a força-tarefa do Município, recolhendo fios e cabos na cidade, recolheu 7 toneladas, como que, numa abordagem, em uma empresa, disseram que 30 toneladas eram ilícitas? Cadê o nexo de causalidade? De onde foi furtado esse cobre? Essa é a questão primordial do João ter que ir junto. Etiquetaram que as empresas de reciclagem cometiam ilícitos, vendiam cobre furtado, só que eu não sei de onde que está vindo esse cobre furtado, de repente está vindo de Santa Catarina, de outro estado, porque aqui no Rio Grande do Sul não há ocorrências da quantidade de material que tem sido apreendido nas empresas hoje.

Por derradeiro, é importante, já que nós estamos na Câmara de Vereadores, falar que a Associação, a AGER, e esses trabalhadores que eu represento, eles não estão brigando aqui por uma pauta de empreendedorismo ou de meio

ambiente – que caminham lado a lado –, não é uma pauta pertencente à direita ou à esquerda; nós, eu aqui enquanto advogado, o André e esses trabalhadores, a nossa bandeira é a reciclagem, a nossa bandeira é empreender, é trabalhar. Nós queremos aqui apenas formalizar, queremos um padrão de fiscalização, uma padronização, e trabalhar, é somente isso. Obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Jaílson. André Rolim, pretende fazer alguma consideração? Fique à vontade.

SR. ANDRÉ ROLIM FELIX: Primeiramente, eu quero agradecer a todos que vieram aqui, todos e todas, na verdade, todos trabalhadores, o representante das cooperativas de reciclagem, o trabalhador que começou como catador que se manifestou aqui. Quero dizer a todos vocês, ao Culau, à vereadora, ao João, ao pessoal da Prefeitura que veio do empreendedorismo, falar para vocês que nós não temos dois planetas, quando a gente pega o nosso lixo e diz: “Vou botar fora”, você não está botando fora. Ver. Culau, você não está botando fora seu lixo, você está colocando no planeta, só temos um planeta, e essa é a nossa prioridade: cuidar do nosso planeta. Isso que eu tenho para dizer para todos vocês, vamos pensar com respeito, com carinho e, principalmente, eu quero falar para todos vocês, eu, enquanto representante da categoria de recicladores e pessoas que trabalham com reciclagens, os trabalhadores, hoje eu sou a voz de vocês aqui dentro da Casa do Povo, e eu vou fazer de tudo para ajudar vocês e para que a gente consiga nossos objetivos. Muito obrigado.

PRESIDENTE GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): A gente que agradece, André, vamos caminhar juntos nessa batalha!
Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h42min.)